

Olhares para a formação e escolarização de mulheres travestis e transexuais



Maria Hermínia Lage Fernandes Laffinⁱ
 Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Gabriela da Silvaⁱⁱ
 Rede Estadual de Educação de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Samira de Moraes Maia Viganoⁱⁱⁱ
 Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo

Apresenta-se um estudo sobre gênero e sexualidade, sob a luz das experiências vividas por estudantes travestis e transexuais inseridas no contexto da Educação de Jovens e Adultos registradas nas chamadas cartas-corpo. Tem como objetivo compreender os significados da escolarização para essas estudantes, percebendo os desafios, a evasão escolar e a discriminação que enfrentam, considerando as seguintes bases teóricas: Ballestrin (2020), Benevides (2020), Butler (2021), Collins (2021), Evaristo (2020) e hooks (2019). Nas informações dessas cartas, as estudantes evidenciam estratégias de “sobre-viver” para se perceberem inseridas socialmente frente ao poder normativo de gênero. As experiências vividas das autoras-participantes permitem enunciar que cada história traz saberes e perspectivas singulares de mundo e a possibilidade de reconhecer a educação como prática social, cultural e política, que possibilita às travestis e transexuais ressignificarem suas trajetórias de vivências, corporeidades, existências e resistências. Destaca-se a importância de os/as docentes reconhecerem e valorizarem tais experiências para um processo educativo emancipador.

Palavras-chave

escrevivências; gênero; sexualidade; mulheres trans e travestis; escolarização; emancipação.

Views on education and schooling for transvestites and transexual women

Abstract

A study on gender and sexuality is presented, in light of the experiences lived by transvestite and transsexual students inserted in the context of Youth and Adult Education recorded in the so-called body letters. It aims to understand the meanings of schooling for these students, looking at the challenges, school dropouts, and discrimination they face, considering the following theoretical bases: Ballestrin (2020), Benevides (2020), Butler (2021), Collins (2021), Evaristo (2020) and hooks (2019). In the information in these letters, the students show strategies for “over-living” to perceive themselves as socially inserted in the face of gender normative power. The lived experiences of the participant-authors make it possible to state that each story brings unique knowledge and perspectives on the world and the possibility of recognizing education as a social, cultural and political practice that enables transvestites and transsexuals to re-signify their trajectories of experiences, corporealities, existences and

resistances. The importance of teachers recognizing and valuing these experiences for an emancipatory educational process is highlighted.

Keywords

writings; gender; sexuality; trans women and transvestites; schooling; emancipation.

Miradas hacia la formación y escolarización de mujeres travestis y transexuales**Resumen**

Se presenta un estudio sobre género y sexualidad, a la luz de las experiencias vividas por estudiantes travestis y transexuales insertas en el contexto de la Educación de Personas Jóvenes y Adultas registradas en las llamadas cartas del cuerpo. El objetivo es comprender los significados de la escolarización para esas estudiantes, observando los desafíos, el abandono escolar y la discriminación que enfrentan, considerando las siguientes bases teóricas: Ballestrin (2020), Benevides (2020), Butler (2021), Collins (2021), Evaristo (2020) y hooks (2019). En las informaciones de esas cartas, las alumnas muestran estrategias de "sobrevida" para percibirse socialmente insertadas frente al poder normativo de género. Las experiencias vividas por las autoras-participantes permiten afirmar que cada relato aporta conocimientos y perspectivas únicas sobre el mundo y la posibilidad de reconocer la educación como una práctica social, cultural y política que posibilita a travestis y transexuales resignificar sus trayectorias de experiencias, corporalidades, existencias y resistencias. Se destaca la importancia de que los profesores reconozcan y valoren esas experiencias para un proceso educativo emancipador.

Palabras clave

escrevivências; género; sexualidad; mujeres trans y travestis; escolarización; emancipación.

1 Introdução

Este artigo desenvolve uma discussão sobre gênero e sexualidade sob a luz das experiências vividas por estudantes travestis e transexuais inseridas no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) registradas nas chamadas cartas-corpo. A carta-corpo constitui-se a partir da obra teórica de Evaristo (2020) e refere-se à produção como uma forma de resistência e de conhecimento a partir do corpo e da experiência de vida, uma forma de se comunicar e expressar a partir de uma vivência física e emocional. A ideia de trazer esse debate justifica-se a partir do conhecimento de vários processos de exclusão e violência que essas pessoas sofrem ao longo de sua trajetória de vida. Essa trajetória perpassa os processos de escolarização, haja vista que a escola faz parte da nossa formação enquanto sujeitos pertencentes à sociedade. Sendo assim,

percebemos a importância deste estudo, cujo objetivo é compreender os significados da escolarização para essa população, percebendo elementos como os desafios, a evasão escolar e a discriminação sofrida na escola e no espaço social.

Na sociedade, o que caracteriza as pessoas dentro do guarda-chuva trans é a transgressão das normas estipuladas nesse dispositivo binário de gênero. Nesse sentido, os processos de exclusão e violência com as pessoas com identidades de gênero, consideradas “fora da norma”, são inúmeros, desde físicos até psicológicos, e isso, ao longo dos tempos, fez com que muitas pessoas se isolassem socialmente, seja por preservação da vida, seja por não se considerarem pertencentes aos espaços sociais. Ressaltamos que, somente a partir de 2017, ocorreram os primeiros registros relativos a assassinatos de travestis e transexuais no Brasil. Esses dados sobre as pessoas transgêneras, em sua maioria, resultam de uma ação conjunta de movimentos de voluntários independentes (que estão vinculados a organizações não governamentais de travestis e transexuais), por meio da busca de notícias em jornais, nas páginas de ocorrências policiais ou de informantes de uma partilha dialógica, corpo a corpo, sobre esse tipo de violência.

Com o objetivo de proporcionar visibilidade a essas questões de violência ao debate, foram criadas, no cenário brasileiro, instituições não governamentais com diferentes atuações e práticas na construção de dados estatísticos sobre essas não vidas. Assim, destacamos a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) em parceria com o Instituto Brasileiro de Trans na Educação (IBTE) como principais protagonistas na busca, compilação e divulgação desses dados. Dentro desse contexto, ressaltamos as contribuições históricas do Grupo Gay da Bahia (GGB), que divulga dados anuais das mortes causadas por homofobia. Segundo o relatório Homofobia Mata, de autoria de Michels (2020, p. 2):

[...] 420 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil em 2018 vítimas da homofobia: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%). Uma pequena redução de 6% em relação a 2017, quando registraram-se 445 mortes, número recorde nos 39 anos desde que o Grupo Gay da Bahia iniciou esse banco de dados. A cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT.

Em relação às corporalidades de travestis e transexuais, no dossiê dos assassinatos e da violência contra nossas manas brasileiras em 2020, as organizadoras, Bruna Benevides e Sayonara Nalder Bonfim Nogueira (2020, p. 25), apontam que “[...] o Brasil teve 89 pessoas trans mortas no primeiro semestre de 2021, sendo 80 assassinatos e 9 suicídios. Houve ainda trinta e três tentativas de assassinatos e 27 violações de direitos humanos [...]”.

Segundo dados da Antra, em 2020, o Brasil contabilizou um número recorde de assassinatos contra travestis e transexuais, com um total de 75 casos. Não há como negarmos que esse elevado número de assassinatos de pessoas trans é um reflexo de uma sociedade ainda cisheteronormativa¹, que nega, invisibiliza e, não contente, extermina vidas trans. A cisheteronormatividade é um conceito que descreve a normatização e naturalização de um modelo específico de relacionamentos, em que a norma padrão é que um homem se relacione com uma mulher, ambos cisgênero.

De acordo com Benevides e Nogueira (2020, p. 2):

A denúncia dessas violências contra pessoas trans, que temos visto intensificar a partir de uma maior veiculação de notícias nos mais diversos meios de comunicação, representa o reflexo de um Cistema trans excludente operando em sua mais perfeita atuação e da forma que foi pensado para impedir a cidadania de nossa população ao violar diariamente os direitos, a vida e os corpos das pessoas trans.

É importante identificarmos que utilizaremos, no decorrer do texto, o termo “Cis” como forma de denunciarmos um sistema excludente, que se organiza a partir da ideia da identidade cisgênera, que é aquela pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao sexo biológico que lhe foi atribuído ao nascer. O termo é uma combinação do prefixo “cis” com a palavra “sistema”, intencionando denunciar a transfobia que domina a ordem cisgênera dentro de um sistema que marca socialmente os corpos (Vergueiro, 2015).

Em relação ao (Cis)tema trans-excludente, o que observamos na prática é a não efetivação de políticas de Estado específicas para a população mais vulnerável socialmente. Isso se reflete, por exemplo, na ausência de dados sobre matrículas,

¹ A terminologia “cis” tem como princípio, inicialmente, diferenciar as pessoas trans (termo criado por Donna Lynn Matthews – para mais informações: http://donnas-hideout.org/tg_def.html). Cisheteronormatividade tem relação com as identidades de gênero e padrões de sexualidade baseados em normativas, é um conceito central na obra de Butler (2016), que critica a ideia de identidade de gênero como uma característica biológica inerente e inabalável.



evasão e conclusão de estudantes travestis e transexuais. Não há política pública para o que não existe e, nesse sentido, invisibilizar a população de travestis e transexuais é uma forma de “proteger” o Estado de sua obrigação de zelar pelos princípios constitucionais que afirmam que todo cidadão é igual perante a lei.

A escola, embora seja um lugar que busque práticas democráticas e cidadãs, não se formulou de maneira diferente das normas do sistema, já que nela se incorporaram os padrões sexistas e hierárquicos, culturalmente reproduzidos, o que fez com que a instituição escolar produzisse práticas excludentes. A partir dessa breve explanação, consideramos que esse debate é primordial para os contextos de escolarização, pois os direitos devem se concretizar independentemente de questões de gênero ou de sexualidade. Desse modo, trazemos como abordagem alguns escritos realizados por pessoas trans, que relatam as suas vivências e que serão mais bem definidos na nossa proposição metodológica.

2 Elementos metodológicos e teóricos

Este trabalho baseia-se em estudos relacionados a uma tese de doutoramento, que se debruça em trazer os aspectos relacionados à escolarização das sujeitas que transgridem as normativas impostas pelos padrões de gênero. Essa tese contou com uma escrita a três mãos, com uma estudante trans, uma orientadora e uma coorientadora, que são pesquisadoras com publicações que fornecem respaldos teóricos às temáticas de gênero, sexualidade e EJA.

A complexidade dessa temática tem como vantagem o estímulo a novos debates, enfatizando possibilidades reflexivas que impulsionem novos olhares. Buscamos compreender a realidade das sujeitas de forma completa e profunda, enquadrando-se em uma perspectiva qualitativa, ancorada em teóricos e teóricas dos estudos de gênero. Do ponto de vista da indissociabilidade entre os pressupostos teórico-metodológicos, a investigação se intersecciona em uma prática crítica, que possibilita pensarmos em um movimento constituído de uma reflexão da realidade para uma ação prática de transformação da condição de injustiças e desigualdades que vivenciam travestis e transexuais.

Nessa perspectiva, a questão metodológica precisa ter uma corporalidade e uma identidade diversificada. Lendo e relendo, encontramos como caminho viável a possibilidade de utilizarmos a perspectiva das *escrevivências* da escritora Evaristo (2020), como instrumento de coleta dos dados que nos permitiu leituras de questões das vidas das autoras-participantes. A *escrevivência* constitui-se em uma alternativa de registro, um documento a ser lido e interpretado. Evaristo (2017, p. 11) ressalta que “[...] as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção [...]”.

Diante do exposto, a expectativa é que as narrativas das pessoas da pesquisa nos contassem como se deu o processo de sua autodefinição, de se tornar uma pessoa que se autodeclarou com a identidade travesti ou transexual, de como isso afetou sua vivência no ambiente escolar e suas relações sociais. Para tanto, foram coletadas quatro cartas-corpo, baseadas em *escrevivências*, as quais não iremos apresentá-las na íntegra, mas traremos alguns enxertos como forma de contextualizar o debate. As partícipes da pesquisa são todas mulheres trans, que foram selecionadas a partir do contato com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina (SED), por meio de um levantamento de estudantes trans que frequentavam a EJA, a fim de realizarmos um levantamento dessas estudantes matriculadas nos últimos cinco anos nos 40 Centros de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina, assim como coletar outros dados, como: idade, raça, série, evasão e concluintes.

Ao utilizarmos essa metodologia, articulada a uma investigação crítica de mundo, ressaltamos as experiências vividas pelas partícipes da pesquisa, de modo a iniciarmos uma escrita dinâmica. Ressaltamos que as informações apresentadas estão em conformidade com o comitê de ética, tendo sido repassado a todas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) na instituição em que a pesquisa foi desenvolvida. As suas identidades são resguardadas e identificadas com uma letra aleatória de inicial de nome.

Tendo em vista que o processo de construção metodológico é um desafio constante para quem pesquisa, buscaram-se construções de saberes no encontro com quebras de paradigmas ao ouvir as experiências. É desse direito de escrever como ato

político de transgressão e subversão que os procedimentos metodológicos deste estudo vêm ao encontro da carta-corpo como uma metodologia que se intersecciona à produção de conhecimento múltiplo com *escrevivências* que se constituem em uma construção social, educativa e política. Essa alternativa proposta na carta-corpo conduz as participantes a escreverem sobre como se deu a construção de sua identidade de gênero e como era a sua presença na escola.

Cabe aqui inferirmos que o presente estudo envolveu diferentes processos de compreensão e análise, em que a própria sigla comporta uma multiplicidade de sujeitos que estão atravessados por classe, sexo, gênero e raça. Diante disso, hooks (2019, p. 19) assevera que “[...] assim, como nossas vidas não são estáticas, estão sempre mudando, nossa teoria tem de permanecer fluida, aberta, permeável ao novo [...]. Nesse sentido, a opção teórica se baseia nos estudos decoloniais, aliados aos interseccionais, como possibilidade analítica crítica para pensarmos as questões de gênero, raça, classe, sexualidade e seus processos de normalização, que se multiplicam em torno das produções das identidades e das diferenças. Em especial, as identidades estão interseccionadas pelas estruturas marginais, patologizadas, violentas e opressivas do (CIS)tema mundo - modernidade/colonialidade.

É um campo fértil referendado por outros saberes, análises e compreensão das experiências vividas individualmente ou em grupo. Nesse aspecto, compartilhamos o pensamento de Ribeiro (2019, p. 14), de que “[...] o propósito aqui não é impor uma epistemologia de verdade, mas contribuir para o debate e mostrar diferentes perspectivas [...]. Partimos do pressuposto de que a ciência não é um conhecimento neutro, objetivo e apolítico. Nessa afirmação, o trânsito realizado intencionalmente é buscarmos conhecimentos como chaves da compreensão para interpretações das experiências vividas por identidades subalternas.

No que tange à decolonialidade, as contribuições sobre a “desobediência epistêmica” (Mignolo, 2008), por *performatizar* uma identidade transgressiva, permitiu a nossa aproximação ao pensamento de Mignolo (2008, p. 290), ao situarmos que: “[...] a opção decolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento”. É na crítica a esses conhecimentos hegemônicos, eurocentrados e dominantes que a decolonização nos

auxilia a repensarmos nossa cosmovisão. Assim, reivindicamos o agenciamento epistêmico de nossos saberes, advindos de nossas múltiplas identidades, corporalidades, subjetividades.

Já em relação à categoria analítica, política e intelectual do pensamento interseccional, compartilhamos das ideias de Collins (2021, p. 16), de “[...] que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutualmente excludentes [...]. É por meio dessas sobreposições de relações de poder que a *transexclusão* é praticada.

Nesse giro epistemológico, é fundamental destacarmos a reviravolta intelectual de pesquisadoras/es trans na formulação e construção de saberes em torno de seu lugar social, de experiências vividas e das condições de subalternidade, inferioridade e opressão, assim como também de resistência e empoderamento a um (CIS)tema heteronormativo estrutural e institucional, sendo assim, em vários momentos, iremos utilizar do prefixo “trans” para compor algumas palavras, como forma de afirmar a identidade trans.

Ao escrevermos sobre as experiências vividas, ocupamos outro lugar na pesquisa, em que travestis e transexuais deixam de ser objeto de pesquisa para se tornarem sujeitas pesquisadoras, pois, “[...] como objetos, no entanto, nossa realidade é definida por outros, nossas identidades são criadas por outros [...]” (Kilomba, 2019, p. 28).

Os estudos da interseccionalidade apostam na decolonização do pensamento único e reivindicam a heterogeneidade que constitui o ser mulher. As questões relacionadas à subalternização de grupos marginalizados atravessam as experiências vividas desses indivíduos, o que torna suas formulações teóricas e práticas singulares e distintas. Isso acaba por questionar a ideia de estabilidade que historicamente tem sido atribuída ao termo “feminismo”. O reconhecimento dessas vivências e perspectivas é essência para o desenvolvimento de um feminismo interseccional, que reconheça e aborde as intersecções entre gênero, raça, classe, orientação sexual e outras formas de opressão e subordinação aos termos que se propõem a representar o feminismo, como observa Ballestrin (2020):

No que se refere aos marcadores raça, etnia, cor, identidade de gênero e orientação sexual, as representações hegemônicas do feminismo contemplam geralmente as brancas, cisgênero e heterossexuais; suas representações subalternas se referem às mulheres negras, mestiças, indígenas e 'chicanas', sejam elas transgênero, não binária, homossexual e bissexual [...] (Ballestrin, 2020, p. 5).

Em síntese, trata-se de uma produção que exclui muitas mulheres que não se encontram nas condições dessa suposta universalidade e que, em certa medida, desconsidera outras experiências vividas para além da idealização da natureza humana; um pensamento que acredita unir todas as mulheres em um único movimento teórico e político. Essa é uma suposta idealização proposta pelo feminino, concebido em termos analíticos na construção da mulher cisheterossexual, branca e, em geral, pertencente à classe média ou alta.

Desse ponto de vista, “[...] muitas mulheres estão mais familiarizadas com as perspectivas negativas sobre a ‘libertação das mulheres’ do que com os significados positivos do movimento. É o significado e o poder político desse termo que devemos lutar por recuperar e preservar [...]” (hooks, 2019, p. 55). Nesse mesmo movimento se constitui o pensamento transfeminista, em que é fundamental positivar nossas vidas e experiências.

Dessa forma, as autoras-participantes, ao se colocarem como mulheres trans, passam a tomar uma postura de ousadia, a qual desafia o (CIS)tema normativo de gênero. Ao transgredir o lugar que é dado à mulheridade, amplia-se a noção do que é dado socialmente do que significa ser uma “mulher”. As travestis não eram nomeadas como tal, foi necessário que as pessoas trans se posicionassem para que a mulheridade se tornasse plural. Elas estão no lugar de travesti e de mulher; uma luta epistêmica, política e cotidiana para serem reconhecidas como mulheres. Esse movimento perpassa por questões geracionais construídas na ancestralidade na busca de direitos, ao assumirem o posicionamento político de afirmação da identidade como mulheres trans.

Ao partirmos dessas reflexões, buscamos dar conta das experiências vividas por diferentes mulheres, as quais englobam uma multiplicidade de ações e perguntas que procuram responder às contradições políticas e aos conflitos teóricos. Esse novo olhar nos permite novas fissuras em movimento, sempre inacabado de pluriversalidade dentro do

feminismo contemporâneo. Assim, os pressupostos teóricos, metodológicos e os instrumentos de empiria se interseccionam nas experiências vividas por travestis e transexuais, em um diálogo transversal relacionado às identidades, subjetividades e corporalidades, que são situadas como práticas educativas emancipatórias e libertadoras.

3 Resultados e discussão

A reflexão sobre o *status* construído em relação ao gênero nos possibilita conectar-lo a um dado (CIS)tema de opressão interseccionado, que se mantém inalterado ao longo do tempo, com uma base heteronormatizada. Com relação à heteronormatividade, Butler (2021) descreve que ela se caracteriza como uma força naturalizada por uma normativa compulsória que impõe que ser heterosexual é o padrão ideal, estando, assim, na base da ordem social, orientando práticas cotidianas construídas a partir da dominação de gênero. Como uma inscrição cultural, o gênero estabelece relações de poder, baseadas não apenas na cor da pele, no sexo, na sexualidade, mas também na construção de uma masculinidade e feminilidade hegemônica, que requerem uma constante vigilância, controle e disciplinamento para que sejam corporificadas.

Nesse (CIS)tema, as estruturas jurídicas, políticas, ideológicas, religiosas, econômicas, culturais e educacionais constituem um verdadeiro aparato colonial/moderno, que garantem sua sobrevivência ao reproduzir práticas colonizadoras de violências, opressões, discriminações e preconceitos para com os corpos que desafiam as estruturas de poder e pertencimento normal vigentes na cisheterossexualidade.

Destacamos tais questões no âmbito da escola, como afirma uma das participantes da pesquisa, quem indica que, nos tempos atuais, ainda é difícil, para pessoas com identidades que transgridem esse (Cis)tema, colocarem-se nos espaços educativos, mesmo depois de adultas. Para essa participante, muitos professores a tratavam com desprezo: *“Por diversas vezes, senti rispidez na fala, arrogância ou demérito nos diálogos em sala de aula, como se a minha condição anulasse qualquer tipo de conhecimento que eu poderia ter, ou informações para contribuir no diálogo”* (Carta-Corpo de K.).

Esses fatos resultam em um conjunto de imposição de padrões e comportamentos que perpetuam estereótipos de gênero, limitando a expressão da individualidade e reprimindo a diversidade de gênero. Essa repressão afeta até mesmo as idas ao banheiro, conforme situa K² na sequência de sua carta:

As idas ao banheiro também foram um problema no início, havia dias que ia ao banheiro antes de me dirigir para a escola e só ia novamente em casa. Era nítido que a minha presença na EJA do Centro de Florianópolis não era desejada pelos servidores e professores. Já pelos alunos, eu tive mais cantadas do que estranhamento; apenas algumas pessoas se incomodaram comigo, mas percebia que era por conta das suas crenças religiosas (Carta-Corpo de K.).

Assim, um dispositivo normativo, consubstanciando em um (CIS)tema compulsório de sexo/gênero/desejo coerente, no âmbito de uma estrutura colonizadora heterossexual, dá origem à construção da cisheteronorma, que se sustenta através da matriz colonial de gênero, sexo e sexualidade “dita como normal”.

No que se refere a ser respeitada por sua identidade de gênero na EJA, considera que não e contou que, em outro momento de sua trajetória escolar, na série em que se evadiu, também não era reconhecida e respeitada por sua identidade de gênero. Considera o ambiente escolar um lugar transfóbico para travestis e transexuais, e isso foi péssimo.

No contexto da EJA, precisamos desenvolver práticas e estratégias de escuta dos saberes que travestis e transexuais trazem, assim como suas experiências, vividas através de suas trajetórias de vida e escolarização. Em relação à escolarização, é necessário pensarmos em uma escola de EJA em que teremos que produzir novos saberes e heranças culturais, no sentido de promovermos uma compreensão mais ampla sobre o mundo em que vivemos, o mundo plural em que habitam travestis e transexuais.

Observamos, nas escritas de K, que ela consegue desvelar o universo da opressão que vivencia na EJA e, a partir disso, compromete-se com uma práxis transformadora, questionando as estruturas sociais de subordinação e inferiorização a que deveria se assujeitar. Ela não aceita o modo como é tratada e reconhecida. Afirma

² K afirma que para ela não há diferença entre ser travesti ou transexual, mas que se autoidentifica como travesti e negra e que teve seu nome retificado em cartório.

que: “[...] a escola foi feita para educar pessoas cisbrancas e de classes média e alta, e esse ranço é perpetuado até hoje dentro das instituições, tanto pelos alunos não pretos, professores e demais servidores” (Carta-Corpo de K.).

Diante do que vivenciaram em suas trajetórias de vida e de escolarização, podemos afirmar que, desde crianças, travestis e transexuais convivem com olhares de rejeição e inferiorização no ambiente escolar e social e que tanto as palavras como os olhares de estranhamento provocam diferenças, ou seja, passam a ser “[...] vítimas de persistentes olhares e estruturas sexistas, racistas, classistas que os segregam pelo corpo [...]” (Arroyo, 2017, p. 266), porém resistem à segregação imposta.

É necessário considerarmos que a participante enfrentou um tratamento hostil por parte de alguns servidores e professores, que se manifestaram com rispidez e desrespeito à sua identidade de gênero, e isso gerou um ambiente escolar desconfortável e excludente. Em suma, essa realidade revela um grupo exposto às condições de extrema vulnerabilidade social, que historicamente é visto como marginal e criminoso pelo Estado, cujo papel seria de proteção e construção de políticas públicas de promoção e garantia dos direitos constitucionais, pois, como afirma Butler (2021, p. 67):

[...] quando se identificam ‘grupos vulneráveis’. Por um lado, o discurso sobre ‘grupos vulneráveis’ ou ‘populações vulneráveis’ tem sido importante, tanto para o trabalho feminista a favor dos direitos humanos, quanto para a ética do cuidado. Pois se um grupo é denominado ‘vulnerável’, ele adquire uma condição que lhe permite reivindicar sua proteção [...].

Ainda em consonância com Butler (2016, p. 63), “[...] as produções se desviam de seus propósitos originais e mobilizam inadvertidamente possibilidades de ‘sujeitos’ que não apenas ultrapassam os limites da fronteira do que é de fato culturalmente inteligível [...]”. Nessa perspectiva, a autora destaca que:

A noção binária de masculinidade/feminilidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a ‘especificidade’ do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a ‘identidade’ como tornam equívoca a noção singular de identidade [...] (Butler, 2016, p. 22).

A outra participante narrou situações semelhantes, entretanto houve outros agravantes que fizeram com que ela desistisse da escola:

[...] no 2º ano, no novo colégio eu comecei a faltar, para que o meu pai e o meu irmão mais velho pudessem trabalhar fora e eu, com 11-12 anos, ficava em casa sozinha. Me lembro, muitas vezes, que a diretora da escola ia na minha casa me buscar de carro para eu ir à escola; mesmo assim, eu não ia, pois era ruim ver os amiguinhos me chamarem de apelidos do tipo 'veadinho', 'bichinha', etc. (Carta-Corpo de J.).

O movimento de análise da *escrevivência* da autora-participante conduz para o entendimento de que os desafios enfrentados desde a infância estão relacionados aos preconceitos e ao *bullying* presente na escola, o que a levou a se sentir envergonhada e tímida. Mesmo que não tenham sido expulsas de casa, pois isso não se evidenciou em todas as autoras-participantes, há práticas que aprenderam para poder transpor as barreiras e existir no ambiente familiar. A EJA emerge na trajetória de vida e escolarização das travestis e transexuais como prática pedagógica de resistência e sobrevivência, tendo a educação como uma estratégia política emancipadora esperançosa, que possibilita acreditar que podemos nos tornar sujeitas de nossas vidas.

Esse sentimento em relação à escola revela que os educadores ainda não sabem lidar com as diferenças, deixando as pessoas invisibilizadas e essencialmente relegadas à sua própria sorte. Esses episódios de discriminação impactam a autoestima e motivação para estudar.

Nesse aspecto, ocorre a formação de um círculo vicioso: invisibilizações, exclusões e ausências de políticas públicas que protejam e garantam dignidade às vidas trans. Em relação à escolarização, o que se observa na prática é a supressão nos currículos e planos de ensino, traduzidos em ações de silenciamento, conforme expõe Junqueira (2019, p. 134):

Assistimos nos últimos anos à emergência de um discurso reacionário que, entre outras coisas, afirma haver uma conspiração mundial contra a família. Segundo ele, a escola tornou-se o espaço estratégico para a imposição de uma ideologia contraria à natureza humana: 'a ideologia de gênero'. Engajados nessa agenda global, os professores, em vez de cumprir o currículo, buscariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral de seus filhos para doutriná-los com ideias contrárias às convicções e aos valores da família.

No relato da próxima partípice, ela nos conta que, por diversas vezes, deixou de estudar, seja por processos de discriminação sofridos na escola, seja por outras questões de ordem emocional que compuseram a sua trajetória. Autoidentifica-se como

transexual e negra e seu nome de registro está retificado em cartório. Ela afirma que há diferença entre ser uma travesti ou transexual. Já adulta, ela nos relata que foi para o Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) e descreve assim:

Já estudando no Ceja, foi uma coisa mais bem tranquila na minha fase de transição. Eram pessoas mais velhas um pouco, de pessoas com as mentes mais abertas, de pessoas também do meio transgênero e tinha as pessoas que falavam por trás de nós, porque sempre tinha. Comecei a ter mais amigas travestis e, numa dessas, acabei indo no ramo da prostituição com 19 anos. Nessa experiência foi um flash com dinheiros gastos, violência, entre outros” (Carta-Corpo de B. A.).

Torna-se relevante atentarmos que a proposta foi de buscar alianças com outros segmentos sociais, para que pressionassem a sociedade a agir frente aos descasos, injustiças, desigualdades e violências que ainda sofrem pessoas travestis e transexuais. Como nos faz lembrar Moira (2018, p. 176), “[...] a transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplia a exclusão a que já estamos sujeitas só por meramente existir [...]”.

O último relato trazido enfatiza tudo que foi debatido até o presente momento, destacando que os espaços de escolarização não contemplam as identidades diversas e, em geral, há um desprezo por quem é diferente do padrão culturalmente inventado. B. B. se autoidentifica como travesti e branca, tendo retificado seu registro em cartório. Ao contar sua história, ela relata:

Vim de uma família humilde do interior de Tubarão. Tenho 42 anos e saí do interior da cidade. Cresci e comecei meus estudos em escola pública sem ter conhecimento de quem eu era. Enfrentei muitos preconceitos, sofri agressão física pela minha orientação sexual. Fui crescendo, meus pais se separaram e viemos morar com minha avó. Continuei meus estudos já no ensino médio e sofri preconceito na escola. Descobriram qual era minha orientação sexual e o mais difícil é que aqueles que tinham mais preconceitos com minha pessoa eram quem já tinham se aproveitado sexualmente de mim. Tive poucas amizades e acabei saindo da escola (Carta-corpo de B. B.).

Mesmo com vivências transbordadas de violências sofridas por essas mulheres, vale trazer a esperança indicada na carta-corpo de K., pois, mesmo com as situações de exclusão que enfrentou na sua vida escolar, acredita que a vida de uma travesti ou transexual pode ser transformada na/pela educação escolar.

As cartas incorporam identidades que, ao vivenciarem o ato de exercitar as experiências com a palavra escrita, registram, por meio das *escrevivências*, suas



histórias. A *escrevivência*, aqui, é vista como a escrita que nasce de seus cotidianos, de suas lembranças, das experiências de viver e de sentir a vida real, e nela são expressas as intersecções de gênero, de raça, de classe e de sexualidade. As travestis e transexuais são historicamente marcadas pelas confluências sociais, as quais são evidenciadas em suas escritas e apresentam a denúncia das desigualdades geradas no âmbito social, e nele a escola. Imaginemos o “[...] sofrimento de uma criança que acorda, põe o uniforme da escola e, enquanto se prepara, pensa: ‘mais um dia em que terei que suportar aquele menino me chamando de veadinho; mais um dia em que terei que ficar o recreio inteiro sozinho [...]’” (Bento, 2011, p. 555).

Práticas educativas (trans)excludentes ainda são escritas nas páginas de nossas histórias. Subvertemos o (CIS)tema binário de gênero e transponemos as barreiras estruturais normativas, povoando os espaços colonizadores “normativos” com nossos corpos, nossas histórias, nossas resistências, pois, conforme Bento (2017, p. 551):

[...] as experiências de trânsito entre gêneros demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se [sic] põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos. As dúvidas: ‘por que eu não gosto dessas roupas? Por que odeio tudo que é de menina? Por que tenho esse corpo?’ levam os sujeitos que vivem em conflito com as normas de gênero a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir [...].

As cartas-corpo das autoras-participantes nos possibilitam reafirmar que, para elas, respirar, viver e mover-se no mundo pertencem à ordem do sobreviver, buscando seu lugar no pensamento libertador e emancipador.

Necessitamos estabelecer condições mais inclusivas na escola para o acolhimento e a manutenção da vida, de forma a resistir aos modelos de assimilação impostos socialmente do que é ser homem e mulher. Essa sugestão de um padrão, *a priori*, está calcada em uma cultura que privilegia certos corpos, estereotipando outros, e isso resulta em um determinismo biológico/cultural, definindo que os “homens normais” devem ser másculos, fortes, agressivos, viris e, em certos momentos, até descuidados com sua aparência; e as “mulheres normais” devem ser femininas, cuidadosas,

delicadas, meigas, atraentes, de fala calma e angelical. De acordo com Louro (1997, p. 25):

[...] o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem etc. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições 'fabricam' os sujeitos [...].

A partir dessa investigação, emergem novos questionamentos como demandas para novos estudos: como as violências de gênero incidem sobre os corpos de crianças e adolescentes trans? Como as corporalidades trans são percebidas no contexto escolar de crianças? Como as violências afetam suas vidas? Que práticas e estratégias de resistências se colocam em movimento para lidar com as injustiças e desigualdades sociais que afetam suas existências?

O isolamento e as demais violências vivenciados resultam de uma padronização heteronormativa, que se impõem de forma simbólica ou física, dirigidos principalmente a quem rompe as normas de gênero. Desse modo, convidamos as instituições de escolarização para:

[...] repensar conteúdos, práticas, ações, se quisermos produzir uma escola realmente justa, e trocar o silêncio e a ausência confortável dos diálogos pelo desconforto de falar sobre as coisas do cotidiano escolar. É preciso transformar cada comentário jocoso, cada julgamento de valor, cada intervenção agressiva e preconceituosa em uma oportunidade de discutir velhos preconceitos, estereótipos e exclusão e construir uma nova forma de lidar com o conhecimento, com as histórias de vida de todas as pessoas que transitam pela escola, com seu entorno e a vida social [...] (Vencato, 2014, p. 53).

Mesmo com tantos avanços e discussões sobre as diversidades e o acolhimento das diferenças, a escola ainda está permeada por relações de poder que reproduzem as desigualdades e reproduzem relações hierárquicas, invisibilizando os sujeitos que não se enquadram nos padrões e normas que a sociedade e, particularmente, a escola ainda perpetuam. Nos últimos anos, muitas mudanças políticas e sociais foram incorporadas, levando a escola a repensar alguns conceitos preestabelecidos, buscando ser mais que um espaço para a aprendizagem e para o conhecimento. Entendemos, assim, que a educação pode ser um fenômeno repressor, mas também pode ser um fenômeno emancipador.

5 Considerações finais

O artigo destaca a importância de incorporar a *escrevivência* como método, não apenas para refletir sobre as experiências, mas também para reconhecer o valor intrínseco de cada narrativa em um contexto que historicamente silenciou tais identidades. Ao verificarmos o objetivo proposto, que foi compreender os significados da escolarização para as autoras-participantes, percebendo os desafios, a evasão escolar e a discriminação que enfrentam, trouxemos, nas escritas das cartas-corpo, importantes relatos que respondem ao proposto, sendo possível afirmarmos que a resistência é uma prática e uma estratégia de sobreviver, de se reconhecer e de se inserir socialmente. Elas mostram ainda um devir frente ao poder normativo de gênero, de atitudes de vida que extrapolam os marcos teóricos acadêmicos.

Assim, as experiências vividas das autoras-participantes constituem-se de corporeidades e de identidades que se nutrem por empirias e teorias vivas. Desse modo, as construções das identidades dos sujeitos se estabelecem em suas relações, nos currículos e nas práticas escolares.

Essas construções definem e norteiam comportamentos e posturas, como foi percebido nas falas das partícipes da pesquisa que, em muitos momentos, registraram que a insegurança e as violências fizeram parte das suas vivências escolares e que as violências foram motivadoras dos afastamentos. Portanto, a reflexão sobre as práticas educacionais deve ser ampliada para incluir abordagens que respeitem e celebrem a diversidade, promovendo um verdadeiro espaço de acolhimento e de transformação.

É importante retratarmos que essas pessoas não evadiram ou desistiram da escola, mas foram expulsas das instituições de ensino, pois, nesses casos, compreendemos que a evasão não é apenas o ato voluntário de a pessoa evadir-se, mas é uma espécie de expulsão motivada por atos simbólicos do cotidiano escolar (Bento, 2011).

Na avaliação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2016), para reverter esse cenário, é preciso que os professores e as professoras tenham uma formação com conteúdos específicos voltados para a diversidade sexual, assim como materiais pedagógicos para promoverem o respeito a

todos e todas. Conduzem como sugestão também que haja canais para que os estudantes e as estudantes possam denunciar as agressões. Entre outras medidas, a associação pede políticas públicas e leis para combater a discriminação contra essa população (ABGLT, 2016).

Sendo assim, é imperativo lembrarmos que a educação é, de fato, uma prática de liberdade capaz de transgredir limitações e abrir portas para novas possibilidades de existência e de reconhecimento, reafirmando que cada história, por mais singular que seja, contribui para a construção de um mundo mais justo e inclusivo.

Por fim, enfatizamos que há a necessidade de levantamento da escolaridade da população trans e travesti e de uma formação docente que traga ao debate as questões de gênero e sexualidade, demonstrando como a falta de acolhimento e da reciprocidade dessa população pode impactar negativamente na formação das pessoas. Diante disso, desenvolver exercícios de *escrevivência* das vidas-corpos pode permitir que docentes reconheçam e valorizem suas próprias experiências e as de seus estudantes, considerando que isso enriquece o processo educativo, já que cada história traz saberes e perspectivas singulares.

6 Referências

ARROYO, M. G. *Passageiros da noite*: do trabalho para a EJA, itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

ABGLT. *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015*: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BALLESTRIN, L. Feminismo de(s)colonial como feminismo subalterno latino-americano. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n375304. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/WPTw4nyMwFQLmBzhjHf8Jb/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2025.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 19, p. 548-559, 2011. DOI: 10.1590/S0104-026X2011000200016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2025.

BENTO, B. *Transviad@s*: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: UFBA, 2017.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, J. *A força da não violência*: um vínculo ético-político. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, P. H. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

EVARISTO, C. *Becos de memória*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, C. A escrevivência serve também para as pessoas pensarem. Entrevista concedida a Tayrine Santana e Alecsandra Zapparoli. *Itaú Social*, São Paulo, 2020.

Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

HOOKS, B. *Teoria feminista*: da margem ao centro. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JUNQUEIRA, R. D. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, F. (org.). *Educação contra a barbárie*: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 135-140.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MICHELS, E. Site Homofobia mata – HM. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil - Relatório 2018. *Hemeroteca Digital*, 2020. Disponível em:
<https://homofobiamatata.wordpress.com/estatisticas/assassinatos-2012/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. *Caderno de Letras da UFF*, Dossiê: Literatura, Língua e Identidade, Juiz de Fora, n. 34, p. 287-324, 2008.

Disponível em:

https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 19 jan. 2025.

MOIRA, A. *E se eu fosse pura*. São Paulo: Hoo, 2018.

RIBEIRO, G. A. M. *Das ruas para a escola: considerações sobre a inclusão de sujeitos trans na Educação de Jovens e Adultos*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Vitória, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5252114. Acesso em: 22 fev. 2025.

VENCATO, A. P. Diferenças na escola. In: MISKOLCI, R.; LEITE JÚNIOR, J. (org.). *Diferenças na educação: outros aprendizados*. São Carlos: UFSCar, 2014. p. 19-56.

VERGUEIRO, V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSC

iD <https://orcid.org/0000-0002-4562-308X>

Pedagoga. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutora em Educação pela UFSC. Pós-Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Professora do PPGE da UFSC. Lider do grupo Estudo e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (Epeja) da UFSC.

Contribuição de autoria: Escrita, investigação, metodologia, curadoria de dados, escrita – primeira redação – e obtenção de financiamento e recursos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8076122422477570>

E-mail: herminialaffin@gmail.com

Gabriela da Silva, Rede Estadual de Educação de Santa Catarina

iiD <https://orcid.org/0000-0001-9168-9808>

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina. Orientadora de convivência na Educação Tempo Integral (SED/SC). Membro do grupo Estudo e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (Epeja) da UFSC.

Contribuição de autoria: Administração do projeto, análise formal, conceituação, revisão, edição, investigação, metodologia, supervisão, validação e visualização.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7097533141226497>

E-mail: geduca@hotmail.com

Samira de Moraes Maia Vigano, Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Centro de Ciências Humanas e da Educação

iii  <https://orcid.org/0000-0001-8100-9207>

Pedagoga. Pós-Doutora em Educação pela UFSC. Especialista em Educação Especial e Inclusiva. Professora colaboradora do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Udesc. Membro do grupo Estudo e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (Epeja) da UFSC.

Contribuição de autoria: Análise formal, conceituação, escrita – revisão e edição –, investigação, metodologia, supervisão, validação e visualização.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4508924876401721>

E-mail: samirammvigano@gmail.com

Editora responsável: Lia Machado Fiuza Fialho

Pareceristas ad hoc: Vitória Chérida Costa Freire e Karla Silva

Como citar este artigo (ABNT):

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; SILVA, Gabriela da; VIGANO, Samira de Moraes Maia. Olhares para a formação e escolarização de mulheres travestis e transexuais. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 10, e15316, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/e15316>



Recebido em 1º de março de 2025.

Aceito em 28 de maio de 2025.

Publicado em 28 de agosto de 2025.

